

GEOGRAFIA: SOBRE SUA UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO

GEOGRAPHY: ABOUT YOUR UNITY AND FRAGMENTATION

GEOGRAFÍA: ACERCA DE SU UNIDAD Y FRAGMENTACIÓN

RODRIGO DUTRA-GOMES¹

ANTÔNIO CARLOS VITTE²

Resumo: Neste artigo, pretende-se discorrer sobre aspectos da situação da unidade e da fragmentação da geografia como disciplina acadêmica. Objetiva-se oferecer um olhar inicial e genérico para potencializar as discussões em âmbito nacional sobre o estado da fragmentação e a necessidade de diálogos intra e interdisciplinares. A leitura será realizada com referência aos dualismos de destaque na modernidade.

Palavras-chaves: geografia, unidade e fragmentação disciplinar, dualismos, intra e interdisciplinar.

Abstract: This article aims to discuss aspects of the situation of unity and fragmentation of geography as an academic discipline. It is intended to provide a generic context to encourage discussion on national level about the need for intra and interdisciplinary dialogue. The reading will be based on dualisms emphasized on modernity.

Key-works: Geography, disciplinary unity and fragmentation, dualisms, intra and interdisciplinary.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir los aspectos de la situación de la unidad y la fragmentación de la geografía como una disciplina académica. Su objetivo es proporcionar un contexto genérico de fomentar el debate a nivel nacional acerca de la necesidad de un diálogo intra e interdisciplinar. La lectura se basará en los dualismos enfatizó en la modernidad.

Palabras Clave: geografía, unidad y la fragmentación disciplinar, dualismos, intra e interdisciplinar

.....
1 Doutor em geografia pelo IG/UNICAMP. E-mail: rdutragomes@gmail.com

2 Prof. Dr. Departamento de Geografia do IG/UNICAMP. E-mail: vitte@uol.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a unidade e a fragmentação da geografia, embora não seja perene, persiste pela história desta disciplina. A atualidade da discussão se vincula ao problema da necessidade de diálogos inter e intradisciplinares, entre outros. Este problema não é específico desta disciplina. Com o fim dos monismos declarado pelos contextos cultural e filosófico da chamada pós-modernidade e, na ciência, pelo contexto da complexidade, o diálogo entre os diversos conhecimentos – métodos, abordagens, teorias, epistemologias, mitologias, artes, ciências etc. – tornou-se um dos principais desafios e perspectivas para o conhecimento, no século XXI.

Neste panorama, como destacou Thrift (2002, p. 295), para a geografia, a problemática intelectual e institucional do diálogo intradisciplinar e interdisciplinar é um dos problemas mais importantes a serem enfrentados pelo futuro da disciplina; isto tendo em vista a urgência de problemas como a definitiva problemática da sustentabilidade ambiental da sociedade, reconhecidamente um problema cultural, social, econômico, habitacional etc. Tal diálogo entre os conhecimentos se tornou, como também defendeu Richards (2004, p. 436), uma questão ética, pois exige, mais do que nunca, a potencialidade sintética da geografia na articulação das humanidades e científicas. E, nesta direção, diversos trabalhos já estão exaltando e buscando esclarecimentos e brechas para a realização de tais comunicações (Rhoads & Thorn, 1994, p. 90-101; Bauer, 1999, p. 677-679; Massey, 1999, p. 261-279, 2001, p. 257-261; Rhoads, 1999, p. 760-771; Lane, 2001, p. 243-256; Raper & Livingston, 2001, p. 237-242; Powell, 2002, p. 261-272; Demeritt & Dyer, 2002, p. 229-241). Contudo, para que haja diálogos, é necessária a caracterização da situação de unidade e fragmentação da geografia, como reconhecimento do que precisa ser posto em comunicação.

Em âmbito internacional tal conscientização de diálogos decorreu justamente de discussões ocorridas em forma de publicação de artigos, nas últimas décadas, em diversos periódicos, sobre a natureza e a situação da fragmentação da disciplina. Pretende-se, então, a partir de uma leitura internalista do campo, oferecer, em contato com essas discussões internacionais e autores conhecidos, um olhar inicial e genérico da natureza e do estado da unidade e fragmentação da geografia, isto para ajudar a potencializar as discussões sobre o assunto em âmbito nacional e a necessidade de diálogos intra e interdisciplinares, tarefa já inicialmente realizada, por exemplo, por Suertegaray (2006, p. 29-38) e Santos (2006, 14 p.), ambos dando destaque à questão ambiental. A leitura desta ques-

tão será realizada com referência aos dualismos e epistemologias de destaque na modernidade, que, no caso das perspectivas que se desenham para o dualismo, pretende-se ultrapassar, e, no caso das epistemologias, colocar em diálogo. Este artigo está dividido em duas partes: a primeira realiza uma breve leitura sobre as características de unidade da disciplina, e a segunda sobre as características de sua fragmentação.

SOBRE SUA UNIDADE

Participando como uma legítima representante de disciplina científica ocidental moderna, e em comunhão com suas principais características, a geografia apresenta-se *unida* por um veio comum e *fragmentada* em seus diversos ramos, muitas vezes, de forma literalmente incomunicante entre si. A disciplina científica começou a ser revestida a partir da Renascença e se desenvolveu pelas heranças teóricas e experimentais constituídas e firmadas como paradigmas (Kuhn, 1978) ou programas de pesquisa (Lakatos; Feyerabend; Lakatos & Musgrave, 1979, 343 p.), sofrendo inserções, modificações, abandonos etc., ao longo dos anos.

Ela pertence, então, ao mesmo movimento de construção da ciência e da sociedade ocidental capitalista moderna, projeto de conhecimento que trazia implícito a “dominação” da natureza e o ordenamento espacial, e que caracterizou a ciência-filosofia como um corpo unido e distinto de conhecimento da natureza. Neste projeto, alguns raciocínios, paradigmas, teorias e procedimentos apareceram como guias de conduta reflexiva e experimental a serem seguidos, entre eles, um dos mais influentes e comumente citados: o paradigma da *separabilidade* (Morin & Le Moigne, 2000), com a separação (fragmentação) do problema (a Natureza) em partes, proposto por René Descartes. Sobre este procedimento, a ciência fragmentou o real-natureza em partes, representada nos diversos campos de conhecimento, nos quais a geografia é a perspectiva espacial do constructo da relação Homem (Ser Humano) e Natureza, na superfície da Terra – e que, por sua vez, também se fragmentou internamente para abarcar a complexidade e multifaces do fenômeno geográfico estudado.

Em relação à unidade da geografia, acompanha-se a opinião daqueles que a consideram como óbvia (Douglas, 1986, p. 459; Graham, 1986, p. 466). Assim, a geografia detém seu lugar natural entre as outras ciências institucionalizadas, tendo por definição, portanto, um corpo organizado, coerente e unificado que representa um segmento do conhecimento científico moderno.

A formalização intelectual e institucional da disciplina acompanhou a constituição e organização do projeto científico moderno que foi sistematizado e implantado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Desde a delimitação e definição formal de Varenius, no contexto renascentista do século XVII, somaram-se contribuições como, por exemplo, a sua concepção como ciência corológica (por Kant, no século XVIII), a sua organização intelectual (por Humboldt e Ritter) e sua institucionalização acadêmica (com os alemães e franceses no século XIX), com destaque ainda para as fundações das sociedades geográficas no contexto decimônico, que garantiram a peculiaridade e a singularidade de um saber geográfico no conhecimento ocidental moderno. A distinção de sua “parcela” de investigação do mundo em meio aos outros campos foi, assim, decorrente tanto da consolidação conceitual e metodológica, quanto de aspectos políticos e institucionais que fortaleceram o saber geográfico. Esta unidade foi proclamada de diferentes formas, nos diferentes tempos, tanto nas discussões referentes à relação homem-ambiente, síntese regional e teoria espacial geral, quanto na sua formação como conhecimento profissional reconhecido (Taylor, 1986, p. 447).

Como conhecimento geral, o termo geografia pode ser visto detendo dois sentidos básicos. O primeiro, em seu sentido *vernacular*, referente ao assunto – ou “região” do conhecimento – que a disciplina abarca no âmbito do conhecimento humano em geral. Neste sentido, a geografia é um conhecimento que sempre esteve presente em toda a história humana e dos outros animais, preocupado com as questões espaciais na interação com o ambiente: localização de recursos, demarcação de territórios, conhecimento de diferentes localidades e regiões, migrações etc. O segundo sentido seria o *acadêmico*, que a localiza dentro das disciplinas institucionalmente firmadas. A geografia acadêmica foi consolidada formalmente na segunda metade do século XIX, e se estabeleceu como o campo de investigação científica que se refere à manifestação espacial da relação entre a humanidade e o ambiente. Sua consolidação acadêmica foi acompanhada de questões políticas e de representatividade, presentes de forma intrínseca à sua formação em relação aos outros campos, que também buscavam firmar sua legitimidade como ramos da ciência (Johnston, 1986a, p. 449-450).

A institucionalização das sociedades geográficas, nos diversos países, desempenhou um papel decisivo como importante instrumento político. O reconhecimento destas sociedades, a partir da primeira metade do século XIX, decorreu de uma maior aceitação de seus rebentos acadêmicos e profissionais, nas universidades e no mercado de trabalho. Sob tais estruturas institucionais, a geografia garantiu a demanda para seus estudos nos ensinamentos básicos, como disciplina fundamental para o conhecimento geral do mundo, e no campo

profissional, com requisitada atuação para pesquisas de planejamento de uso e controle de áreas (Taylor, 1986, p. 448). No âmbito universitário, a unidade ficou garantida pela identidade departamental em meio aos outros conhecimentos que asseguraram uma seguridade acadêmica da disciplina. Assim, despida das discussões entre os geógrafos sobre a natureza da disciplina, suas desagregações, fragmentações e especializações, a sua unidade ficou estabelecida pela identidade do departamento acadêmico, que uniu as temáticas para o desenvolvimento de um currículo em comum (Graham, 1986, p. 464).

A necessidade de lidar com fenômenos naturais, humanos e suas interações, visando ainda a fornecer a “síntese geográfica”, acabou fazendo esta disciplina se apegar a teorias que traziam a tentativa de unidade intelectual, e que permitiam tratar e articular as dicotomias, ambiguidades e multidomínios que lhe atravessavam. Neste sentido, em níveis teóricos menos fundamentais, o positivismo e o determinismo de Ratzel, a síntese regional (com o método corológico Vidal-Hettner-Hartshorne), o materialismo histórico de Marx e as análises sistêmicas de Von Bertalanffy são representantes destas teorias que buscaram oferecer uma unidade teórica à geografia científica. De forma diversa ao dito por Kuhn (1978, 257 p.), como lembrou Johnston (1979), esses diferentes paradigmas utilizados pela geografia não foram vividos em termos de “vencedores” e “vencidos”, com supremacias e repelências absolutas, mas conviveram juntos, embora sob diferentes hegemonias, pelas diversas escolas nacionais e regionais, contudo, nunca deixando de pertencer a um único e mesmo corpo intelectual organizado.

Este convívio pode ser visto como suportado por consensos ou tradições (paradigmas? programas de pesquisa?) de níveis mais fundamentais em que estão os primordiais direcionamentos em torno do conhecer geográfico. Entendidas sob este ponto de vista, como sugeriu Pattison (1977, p. 102-109), a geografia pode ser vista girando, ao longo da história, em torno de um pequeno número de tradições que dão consistência à sua unidade essencial. Operam assim, como elementos de união nas mentes dos membros da profissão, independentemente da definição do objeto, epistemologia e métodos utilizados internamente. Essas tradições, de acordo com Goodchild & Janelle (1988, p. 5), referem-se à: (1) tradição *espacial*, que, desde a Antiguidade, sempre ligou este conhecimento à perspectiva de estudo do espaço, com atos ligados à distância, forma, direção e posição, cujo principal instrumento representativo é o mapa; (2) tradição de *estudo de área*, apresentada desde as descrições dos chineses e de Estrabão sobre a natureza dos lugares, seu caráter, diferenciações e conexões com outros lugares. Nesta tradição, a história está conectada à evolução espacial da área, com ambos os conteúdos sendo idiográficos (ligados à singularidade

de geográfico-histórica dos fenômenos); (3) tradição *homem-terra*, que, em vista de ser um aspecto essencial de construção do seu objeto de estudo, pode ser considerada uma das tradições mais evidentes para qualquer um que examine a produção geográfica. Mesmo que esta tradição tenha vivido, em muito, ligada às discussões da relação pessoa-ambiente em termos ambientalistas-darwinistas, possibilistas-historicistas, deterministas-analíticos, dialéticos-marxistas etc. Muitas vezes, excedendo nas unilateralidades e na contraposição umas às outras, esta tradição inscreveu-se de forma implícita em todas as considerações acerca de um conhecimento geográfico; e finalmente (4) tradição da *ciência da terra*. Se a tradição espacial abstrai certos aspectos da realidade, a tradição das áreas distingue um ponto de vista e a tradição homem-terra frisa relações, a tradição da ciência da terra identifica a geografia como tratando de objetos concretos. Esta tradição é muito ligada à temática da geografia física, acabando por dificultar a inserção dos estudos sociais e os fenômenos da noosfera (esfera das ideias) na geografia, o que foi mais amplamente realizado pelos marxistas e humanistas, a partir do final da década de 1960 a 1980, em decorrência da revolução teórica da década de 1950. Contudo, a tradição da ciência da terra ainda permanece detendo um sentido mais fundamental, considerado como um dos mais significativos da herança geográfica: o da Terra como uma unidade e habitat comum do homem.

Na geografia em geral, essas quatro tradições são perseguidas simultaneamente, de forma que, tomadas por variadas combinações, abarcam suas convencionais divisões internas, com as três primeiras aplicadas às sociedades humanas e a quarta mais ligada à geografia física, mas sob a restrição das duas primeiras.

SOBRE SUA FRAGMENTAÇÃO

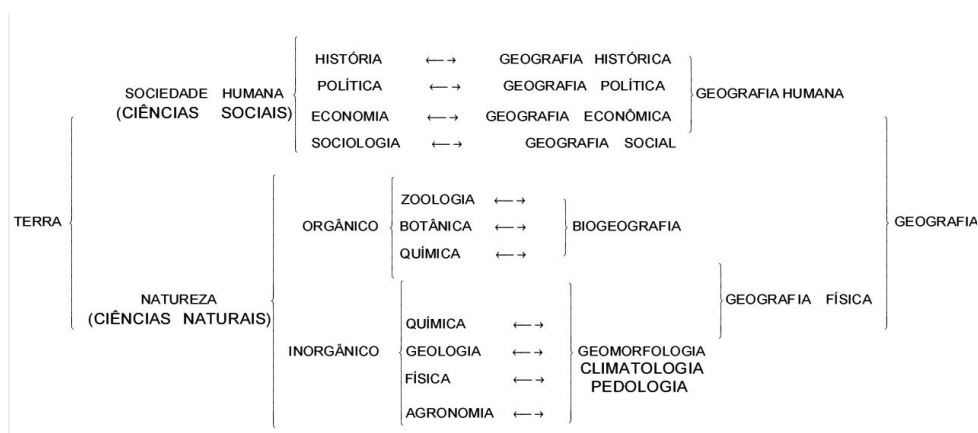
Legítima representante do projeto moderno, e de forma contraditória, a unidade da ciência geográfica sempre carregou, de forma inerente, as crescentes fragmentações e especializações dos campos do conhecimento científico, intensificadas no século XIX e aceleradas no século XX. A especialização e o grande êxito das ciências sistemáticas, juntamente com a dificuldade de se catalisar tamanho número de considerações teóricas e metodológicas do mundo, provocaram certa inquietude na geografia, com a possível desvalorização de sua generalidade e função sintética para a sociedade. Tais perturbações ultrapassaram as questões epistemológicas, atingindo, por exemplo, aquelas referentes à autenticidade de

sua atuação como campo profissional. Se a “separação da realidade em partes” (Descartes) é um dos aspectos do método da ciência, sua corroboração se deu em meio às legitimações institucionais e acadêmicas que operavam sob a firmamento de tais princípios. Assim, além das questões epistemológicas, os geógrafos, ao longo do século XX, ainda tiveram que manter bem definidas questões sobre a legitimidade e a representatividade institucional e profissional no tratamento de aspectos como a legitimação e pertinência da profissão, a abertura de concursos e a destinação de recursos financeiros, entre outras.

A dificuldade da situação de unificação da geografia dentro do marco conceitual no qual está localizada é bem nítida, quando se consideram as duas grandes áreas do conhecimento ocidental: natureza e a sociedade humana (Figura 1). A especialização disciplinar e subdisciplinar de campos como a economia, a política, a sociologia, a agronomia e a arquitetura, por exemplo, trouxe aprofundamentos de análises teóricas e prático-funcionais de forma a fazer estes campos ganharem poder de tratar de aspectos da realidade e desempenhar papéis que antes estavam sob jurisdição do geógrafo. Os geógrafos, por sua vez, ao se especializarem, também começaram a enfrentar o risco de descaracterização do seu próprio campo disciplinar. A utilização de teorias e procedimentos de outras disciplinas à investigação geográfica acabou, em muitos casos, gerando direcionamentos argumentativos muito mais ligados ao objeto e fenômenos abarcados pela disciplina auxiliar do que ao próprio fenômeno geográfico.

Tomando a realidade como total, pode-se dizer que esta sobreposição disciplinar é uma questão vivida não só pela geografia, mas característica das ciências sistemáticas em geral. Entretanto, a sua situação não peculiar de tradição generalista e sintética trouxe aos geógrafos a necessidade de obterem formação e conhecimentos os mais amplos possíveis para evitar o risco de se postarem de forma inadequada frente às tênues fronteiras limítrofes entre os campos disciplinares. Não se pretende aqui se aventurar nas pertinências sociológicas da ciência geográfica, mas apenas reconhecer que a questão de sua união e fragmentação não é somente uma questão de dualidade, mas que ela também está revertida e referenciada, de forma mais ampla, em questões psicológicas, existenciais, místicas, políticas e econômicas. Temos como exemplo o conhecido sentimento do homem ocidental moderno de não-pertencimento, de externalização em relação à natureza, com o “espírito” como externo ao corpo, com a razão ordenando o mundo externo, com o sujeito sendo externo ao objeto, ligado a um Deus que o torna “dono” e não “filho” da natureza, e que subjaz toda a reflexão de conhecimento, sociedade e humanidade modernos – aspectos também notados em Suertegaray (2006, p. 26-38).

Figura 1 – Duas grandes áreas e os reflexos na especialização da geografia. Modificado de Kirk (1977, p. 309).



Mesmo envolvendo questões externas à epistemologia, o dualismo primordial da ciência moderna (sujeito/objeto – homem/natureza) ainda fica bem refletido na geografia como as ciências do objeto-natureza (geografia física) e as do sujeito-sociedades humanas (geografia humana). Em relação a esta questão, é pertinente lembrar e retomar os argumentos de Hartshorne (1978, p. 70), para quem, em relação às características do objeto de estudo da geografia, a perspectiva espacial da relação homem-meio declara o fato de não haver qualquer antinomia que justifique um conhecimento dos aspectos humanos em oposição aos aspectos físicos naturais, ou vice-versa. Na perspectiva espacial da superfície da Terra, tudo o que se observa num golpe de vista, na paisagem, resulta da interação de muitos elementos que incluem, em graus variáveis, tanto fatores humanos quanto físico-naturais.

Ligada às diversas modalidades de relações que existem entre os muitos fatores ambientais e humanos, que, em seu conjunto, constituem a realidade existente em qualquer área, a distinção entre dois grupos particulares de fatos (humanos e naturais) acaba sendo uma abstração intelectual que pode empobrecer a unidade e o progresso da geografia. Assim, mesmo que a especialização e a fragmentação do saber científico reflitam na geografia sua principal dualidade (homem / natureza), considerar uma geografia humana como separada da geografia física constitui um equívoco primordial. Sendo o homem um animal terrestre, conforme lembrou Hartshorne (1979), não existe espacialmente qualquer fenômeno humano que não esteja vinculado, em maior ou menor grau, aos fenômenos naturais. E, de maneira inversa, investigar a operação das leis dos elementos da natureza em exclusão à influência da sociedade humana em

suas diversas pertinências ao ambiente torna-se também uma descaracterização da unidade real de todos os elementos terrestres em interação (Hartshorne, 1979, p. 70-79).

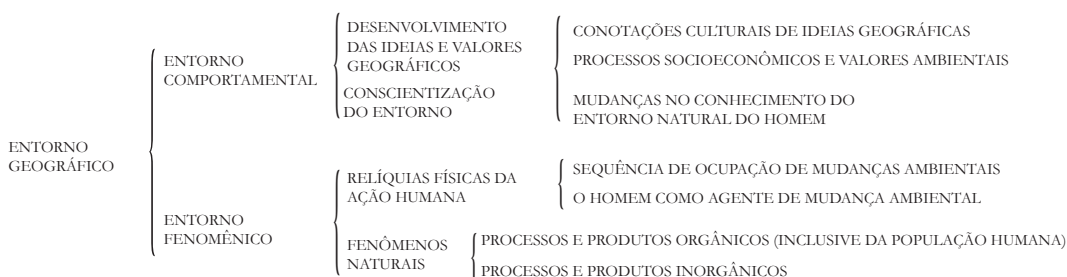
A separação entre o homem e a natureza sempre foi estranha à geografia. Pelos estudos de Hartshorne (1979, p. 65), discorre-se que esta separação penetrou na geografia em consequência da posição religiosa e teleológica de Ritter e seus discípulos, e que tomou, depois, importância capital, nos períodos posteriores. Como é característica do projeto científico moderno, a conduta da geografia também decorreu da desconsideração da especificidade existencial humana nos procedimentos metodológicos, estando, no início, vinculada à “descrição” das línguas e costumes das áreas, numa recorrência à história. Pela classificação kantiana, o espaço e a geografia eram uma propriedade vinculada aos objetos-Natureza externos, enquanto o Tempo e a História vinculavam-se à percepção interna do sujeito-Humano. Com isso, pela via histórico-descritiva, a atividade do sujeito-homem adentrou a geografia com Ritter, reconhecendo a sua mesma idiografia histórica de percepção do sujeito nas expressões particulares das áreas, nas regiões. Com isso, apesar de se discernirem o histórico-sujeito e o geográfico-objeto, para o estudo geográfico, estes dois domínios deveriam sempre ficar inseparáveis para a descrição das áreas, com a superfície da Terra afetando os habitantes e os habitantes afetando a superfície da Terra (Thatam, 1960, p. 44-47; Holt-Jensen, 1981, p. 18).

Esta atitude foi acompanhada da crença de que o homem, como parte da natureza total, também poderia ser descrito, em todas as suas manifestações, nos termos das ciências físicas naturais, ou seja, com seus comportamentos regidos por regras e leis gerais descobertas a partir do método analítico. Esta crença foi sendo desmistificada pelos próprios progressos das ciências humanas. Dilthey, na metade final do século XIX, foi um dos precursores da crítica aos reducionismos, porém, estas críticas e a busca por alternativas somente se tornaram mais destacadas depois da década de 1960, quando as ciências humanas procuraram por outras fontes epistemológicas para embasar uma descrição mais flexível e adequada da manifestação humana. A hermenêutica e a fenomenologia inseriram-se, neste contexto, como uma das alternativas epistemológicas para o estudo dos fenômenos humanos, assim como a dialética e o marxismo. Vividas na geografia depois da revolução teórica das décadas de 1950-60, estas perspectivas vieram em resposta ao reconhecimento das singularidades e não redutibilidades das noções de *ser* e *existência* à causalidade linear e ao método científico, considerando-as como pertinentes aos entendimentos dos processos humanos.

Neste sentido, participando da hegemonia materialista e naturalista do positivismo e neopositivismo, deu-se, até a década de 1960, uma maior ênfase aos aspectos e princípios dos conhecimentos causais-funcionais. Poder-se-ia conceber que o humano, não se adequando a tal perspectiva, começou a ser tratado e realçado em oposição ao ambiente-natureza, de maneira que, na geografia, o homem e seu entorno passariam a ser vistos como coisas separadas, dando isto margem a interpretações dicotômicas que se estabeleceriam com a oposição homem e natureza – ou geografia humana e física. Contudo, como visto, não foi necessariamente este o caso. Na ciência, em geral, e na geografia, o homem nunca foi considerado como separado da natureza, ou o seu oposto, mas foi, sim, submetido aos paradigmas *reducionista* e de *exclusão* da noção de *ser* e *existência*, que reduziram as suas manifestações singulares ao entendimento analítico do método científico, apoiado, por exemplo, na causalidade linear, lógica e matemática.

A divisão que se estabeleceu no trabalho geográfico – e no científico em geral – foi, neste panorama, mais bem expressa na dualidade entre um “entorno fenomenológico do objeto”, que abarcava as questões materiais da realidade, incluindo as obras do homem, e o “entorno comportamental” do sujeito, que se referia à sua conduta sociocultural, com sua “existência” sendo tomada como exigindo procedimentos alternativos mais interpretativos para uma mais eficiente investigação do fenômeno (Kirk, 1977, p. 317) (Figura 2). Essa dualidade também se apresentava na biologia, nas descrições dos seres vivos em geral (Mayr, 2008), em que as regras e leis do domínio fisiológico (objeto: funcional biofísico-químico) encontravam dificuldades para a descrição e o entendimento dos domínios comportamentais (sujeito: histórico da percepção-conduta do animal), que requeriam procedimentos mais compreensivos e interpretativos.

Figura 2 – Dicotomia entre o entorno fenomênico material e o entorno comportamental. Retirado de Kirk (1977, p. 316).



Por outro lado, o processo de especialização e fragmentação também tem sido caracterizado positivamente, e pode também ser tratado como algo inevitável e necessário ao progresso da geografia (Worsley, 1979 *apud* Goudie, 1986, p. 456). Vinculada ao projeto científico moderno, cuja especialização é uma de suas características básicas, a especialização, na geografia, também foi interpretada como um progresso para a disciplina. Esta divisão de tarefas também tem sido vista como promotora de um definitivo crescimento para a disciplina pelo aumento da diversificação do campo e complexificação dos entendimentos de seu objeto. Assim, seria somente por meio da especialização que a geografia, como ciência moderna, elaboradora de teorias e modelos, poderia refinar os conhecimentos e a investigação dos multidomínios e dimensões que compõem os processos de seu objeto total. A relação unidade/especialidade constitui, portanto, uma associação que também pode ser vista como necessária para o aprofundamento do conhecimento do fenômeno geográfico e o progresso da disciplina (Goodchild & Janelle, 1988, p. 3; Johnston, 1998, p. 142).

A geografia, como todas as outras disciplinas acadêmicas, é, assim, fragmentada num amplo número de comunidades de especialistas, dentro das quais as pesquisas são elaboradas e estruturadas. Mesmo sendo considerada como necessária ao progresso desta disciplina, tal situação, frente às suas tradições (como a da relação homem/natureza), torna sua desunião interna um grande empecilho para a elaboração de um conhecimento sintético que ultrapasse as inerentes unilateralidades e reducionismos das especialidades. Com isso, mesmo que refinem em profundidade e especifiquem o conhecimento do fenômeno geográfico, a fragmentação e a clivagem da relação homem e natureza tornam a sua integração muito contraditória em relação ao que se propõe. Frente aos desafios da sociedade humana, isto gerou, no final do século XX e, agora, no início do século XXI, debates sobre a problemática da fragmentação, integração, união e exaltação da necessidade de diálogos intradisciplinares na geografia, em autores como: Morrill (1983, p. 1-9), Johnston (1983, p. 127-146; 1986, p. 449-453; 1998, p. 139-147), Taylor (1986, p. 443-448), Goudie (1986, p. 454-458), Douglas (1986, p. 459-463), Graham (1986, p. 464-467), Goodchild & Janelle (1988, p. 1-28; 1988b, p. 547-549), Gatrell (1988, p. 538-539), Marcus (1988, p. 540-542), Bird (1989, p. 210), Bailey et. al (1999, p. 169-183), Bauer (1999, p. 677-679), Massey (1999, p. 261-276; 2001, p. 257-261), Gober (2000, p. 1-11), Lane (2001, p. 243-256), Demeritt & Dyer (2002, p. 229-241), Powell (2002, p. 261-272), Norton (2003, p. 418-426), Harrison et. al (2004, p. 435-442), Bracken & Oughton (2006, p. 371-382), Santos (2006, 14 p.), Surtegaray (2006, p. 26-36). Estes autores destacam que a inércia que se estabeleceu com

a especialização e o isolamento intelectual de seus profissionais acabou enfraquecendo a potencialidade integrativa e sintética da geografia, uma das características que sempre constituiu uma das principais potências e contribuições da disciplina para o conhecimento moderno. Suas discussões buscam, ao mesmo tempo, caracterizar a natureza da fragmentação e valorizar a necessidade e a importância das práticas intradisciplinares.

De acordo com Johnston (1998, p. 141-142), o estudo da geografia tem sido correntemente fragmentado de quatro principais formas: a diferenciação substantiva, a diferenciação epistemológica, a diferenciação na racionalidade e a diferenciação entre as comunidades. Assim, (1) a *diferenciação substantiva* envolve as divisões subdisciplinares, cada qual se identificando por um assunto tratado. A primordial divisão, amplamente reconhecida, é a repartição entre o humano/físico-natural, ou, acompanhando Kirk (1977, p. 317), o comportamental/fenômico, isto em se tratando de duas comunidades temáticas cindidas, cada uma detendo uma coerência interna e tendo pequeno contato substancial com a outra. Destaca-se que a terceira maior comunidade, a da geografia ambiental, é uma das que raramente tentam combinar a atividade intelectual das duas, embora, muitas vezes, de forma dificultosa e superficial. Suertegaray (2006) já destacou a potencialidade desta temática para o diálogo interno na disciplina, referenciado no conceito de sítio urbano.

A partir desta separação inicial, existem as subdivisões dentro da geografia física (geomorfologia, pedologia, biogeografia etc.) e humana (social, política, econômica etc.), e algumas contextuais e composicionais (como geografia urbana, agrária, regional). Estas distinções se especificam ainda em tópicos para as investigações das áreas (estrutura urbana, economia socioespacial, morfologia do solo, biogeografia aquática, entre outras).

Segue-se (2) a *diferenciação epistemológica*, sobre as divisões de acordo com as diferentes crenças na natureza do conhecimento, referente a “o que” pode ser conhecido e “como”. Buttimer (1993) *apud* Johnston (1998, p.142) identificou quatro metáforas envolvendo as visões de mundo: como um mosaico de formas; como um sistema mecânico; como um “todo” orgânico; e como uma arena de eventos. As duas primeiras estão associadas aos modos das ciências naturais e ciências sociais, com as duas últimas associadas às visões mais interpretativas de mundo. Contudo, para as diferenciações epistemológicas, a simples divisão entre humano e físico não se torna o foco primordial, visto que, de um lado, na análise espacial da geografia humana, por exemplo, também se aplica a racionalidade científica para o entendimento dos processos humanos, e, de outro, a dialética também é utilizada como abordagem epistemológica na geografia física.

Neste sentido, para os objetivos aqui pretendidos, optou-se por destacar as três principais correntes epistemológicas atualmente refletidas e familiares na geografia, e que se encontram deveras incomunicáveis entre si: a herança *analítica*, o *crítico-dialético* e a *hermenêutica-fenomenológica* (Spósito, 2001, p. 51). A herança analítica é aquela própria, iniciada na Renascença, com pensadores como Descartes, com a elaboração do método científico moderno em estreito vínculo com a lógica e a matemática. A herança analítica é a principal estrutura na qual a ciência moderna pautou seu desenvolvimento, e esta herança sempre esteve muito vinculada ao conhecimento do espaço (Galileu, Descartes, Newton, Kant, Einstein). Por isso, em meio às proposições teleológicas românticas dos séculos XVIII e XIX, a corrente analítica, aplicada pelo método científico, constituiu a principal estrutura paradigmática pela qual a geografia buscou firmar-se como campo moderno de investigação científica, a exemplo das contribuições de Humboldt, Ritter, Ratzel, Peschel, Hartshorne, Schaefer, Faissol, Christofletti, entre outros. Dessa forma, a geografia sempre se desenvolveu procurando estar em consonância aos desenvolvimentos teóricos e metodológicos da corrente analítica: positivismo, darwinismo, filosofia analítica, neopositivismo, modelos matemáticos, teoria dos sistemas etc.

O crítico-dialético constituiu, na geografia, uma renovada vivência da herança historicista e possibilista de Vidal, só que fortemente vestido pelo materialismo histórico-dialético, pelo engajamento político-social e pela captação dos processos socioeconômicos-políticos. A perspectiva histórica como vivência do sujeito foi reajustada à evolução das condições materiais de existência sob o movimento contraditório das relações sociais de produção capitalista. É a principal corrente epistemológica utilizada pela geografia crítico-radical (Unwin, 1992, p. 58; Spósito, 2004, p. 47). Muito influenciada pela teoria marxista, a investigação materialista da história, com o método dialético, ganhou força nas ciências humanas, depois da década de 1960, em resposta ao contexto sociopolítico mundial e à rígida racionalidade neopositivista. Veio realçar aspectos ligados às dinâmicas e contradições sociais, econômicas e políticas, que eram, inclusive, omitidos pela perspectiva analítica, vindo a apresentar-se, portanto, com um enfoque mais adequado e adaptado a estas questões socioeconômicas e políticas.

A hermenêutica apresentou-se como outra alternativa epistemológica utilizada pelas ciências humanas, no final da década de 1960, vindo também em resposta à rigidez e à limitação da corrente analítica para o entendimento dos fenômenos comportamentais tipicamente humanos (cultura, costumes, valores, crenças, condutas, linguagens etc.), todos vinculados à vivência do espaço. A

hermenêutica teve origem no esforço das interpretações científicas dos escritos antigos que expressavam as culturas e os mitos de sociedades antigas (como as escrituras sacras), que exigiam, de fato, muito mais procedimentos interpretativos e compreensivos do que matemático-estatísticos.

Diferentemente da separação do sujeito e do objeto que ocorre na pesquisa analítica, as informações a serem trabalhadas na hermenêutica são apreendidas por meio da experiência íntima de um sujeito cognoscitivo em correlação com a estrutura do objeto “capturado”, caracterizando-se, na contemporaneidade, por ser uma reflexão filosófica interpretativo-compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral (Spósito, 2004, p. 35). Na geografia, a hermenêutica foi muito utilizada pela corrente humanística em conexão com a abordagem fenomenológica de apreensão das “essências” (Husserl, Merleau-Ponty, Heidegger).

Sobre a distinção epistemológica entre as correntes analítica, dialética e hermenêutica, reexpressou-se, na geografia, no final do século XX, a principal dualidade vivida em dicotomia do conhecimento ocidental (sujeito/objeto, homem/natureza). Reexpressou-se em termos temáticos de *espaço* e *lugar*, com o primeiro mais ligado à corrente analítica pela análise explicativa “nomotética” espacial, e o lugar com a aplicação dos procedimentos dialéticos e hermenêuticos para o estudo dos processos “idiográficos” que requerem maior interpretação/compreensão dos diferentes indivíduos nas sociedades. Ou, ainda, podemos postar esta dualidade temática novamente, nos termos de Kirk (1977, p. 316), como entorno fenomênico do objeto (espaço-explicativo) e entorno comportamental do sujeito (lugar-interpretativo).

Na geografia, esta vivência dicotômica é bem clara, com os ramos da análise espacial reduzindo muitas das complexas manifestações humanas aos processos funcionais e causais, e o estudo interpretativo do lugar não conseguindo bem se conectar à funcionalidade do mundo material. Com ambas as visões pouco enxergando uma à outra, as dificuldades de captação dos fenômenos geográficos total tornaram-se óbvias. Tratando-se de um dos principais problemas do conhecimento ocidental em geral, as flexibilizações entre o explicativo e o compreensivo já estão sendo “sentidas” e exclamadas em sua pertinência em direção à consolidação das geografias híbridas (Kwan, 2004, p. 756-763). Contudo, a fragmentação entre espaço e lugar é uma condição basilar e atual do conhecimento ocidental e geográfico, por isso, mesmo com esforços significativos nesta direção, tais flexibilizações (com construções epistemológicas), que visam a instituir mais diálogo entre as dicotomias, ainda estão sendo vistas em perspectiva.

A (3) *diferenciação na racionalidade* envolve a divisão entre os geógrafos sobre a “razão de ser” da geografia. Esta diferenciação tem sido interpretada de

diferentes maneiras pelos autores, sendo as mais comuns aquelas expressas em termos de disciplina “teórica” e “prática”, e também de disciplina “pura” e “aplicada”. Distinções deste tipo, comuns nas ciências exatas (matemática, física, química, por exemplo), são consideradas muito tênues em disciplinas tradicionalmente empíricas como a geografia, pois teoria e prática acabam se mesclando de forma quase que indissociável pelo contato sujeito-objeto, nas aplicações pelas diversas correntes epistemológicas: analítica (teoria-hipótese/experiência), dialética (pesquisa-ação) e hermenêutica (fluidez sujeito-objeto e pesquisa participante). A razão de ser da disciplina também se distingue em termos de ciência “explanativa” e “interpretativa”, com a primeira mais ligada à “explicação” da conduta analítica e a segunda às perspectivas mais “compreensivas”, como a hermenêutica e a dialética, que, por sua vez, podem ainda se conectar às familiares distinções nomotética e idiográfica, e, novamente, às de espaço e lugar.

Finalmente, observa-se a fragmentação entre as (4) *diferentes comunidades*, variando pelas diversas escolas: das escolas nacionais (alemã, francesa, anglo-saxã) às instituições acadêmicas, como a de Berkeley, de Sauer e a de Chicago, com Hartshorne. A fundação das sociedades geográficas em geral e as especializadas, a partir do início do século XIX, desempenhou um papel definitivo no reconhecimento da geografia como campo disciplinar e profissional. Por esse caminho, a geografia, como uma disciplina universitária moderna, garantiu sua parcela na divisão profissional da sociedade, com o geógrafo tendo sua ocupação identificada e aceita. Contudo, estas sociedades também se constituíram e se tornaram até opostas umas em relação às outras, muitas vezes, detendo aspectos ideológicos e epistemológicos divergentes. Exemplos históricos destas divergências foram os da escola francesa (de Vidal) em oposição à alemã (de Ratzel) e o da corrente crítica-radical em oposição à corrente analítica.

Contudo, foi principalmente depois da revolução quantitativa e teórica das décadas de 1950-60 que o brotamento de comunidades se intensificou. Sendo a própria divisão do trabalho profissional, na sociedade, baseada na divisão dos conhecimentos em especializações, decorreu disto a constituição de comunidades geográficas especializadas nas subdisciplinas, sob a baliza das temáticas físicas e humanas (urbana, política, econômica, geomorfológica, biogeográfica etc.). Cada comunidade defendeu a sua especialização e suas epistemologias em relação às outras, organizando encontros e congressos particulares, que não atraíam somente profissionais geógrafos, mas muitos especialistas de outras áreas do conhecimento. Isto causou tanto um frutífero núcleo de debates e refinamento de perspectivas e subdisciplinas quanto a intensificação

da incomunicabilidade e do isolamento intelectual dos diferentes geógrafos profissionais especializados, cada vez mais distantes daquela síntese e generalidade de seu campo maior (Taylor, 1986, p. 447).

A fragmentação da geografia não se restringe, assim, aos termos temáticos de uma geografia física e outra humana, nomotética e idiográfica, mas, de maneira mais ampla, encontra-se enraizada numa generalizada compartimentação e isolamento do real pelo conhecimento ocidental, expressos nas diversas estruturas humanas criadas: a intelectual, a educacional, a estatal, a institucional, a financeira etc. Assim, novamente, destaca-se que, na geografia, a distinção em seções físicas e humanas pode até expressar o sentimento de não-pertencimento e de externalização do homem moderno em relação à natureza e servir como uma útil referência para maiores categorizações, mas não serve como caracterização plena, dos níveis e motivos envolvidos na fragmentação do conhecimento geral e da geografia. Com isso, então, fica claro que não se resolverá qualquer dicotomia somente pelas discussões epistemológicas e paradigmáticas, requerendo-se também grande esforço de adequações institucionais, de organização e de efetivação para incentivarem-se as pesquisas intra e interdisciplinares.

Os argumentos que têm sido articulados sobre essa fragmentação declaram que a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos. Outro aspecto que caracteriza tal desunião refere-se aos próprios embasamentos para as pesquisas, com os geógrafos físicos estando mais ligados às ciências físico-exatas e os humanos mais ligados às ciências sociais.

Desta dupla exclusão se expressa, inclusive, um dos aspectos básicos da crise ambiental e, logo, da condição existencial do *homo sapiens* – culturalmente humano e ocidentalmente moderno – na Terra: de um lado, os estudos humanos que não relevam a natureza física e, de outro, a descrição da natureza-física que não consegue reconhecer a condição e a complexidade humanas. Nesta perspectiva, os impactos humanos na Terra acabaram por oferecer aos geógrafos físicos maiores necessidades epistemológicas, ao tentarem procurar os conheci-

mentos humanos, do que aos geógrafos humanos em relação à importância do físico-ambiental para os entendimentos de muitos de seus processos. Com isso, muitos modelos foram criados, no âmbito da geografia física, no esforço de se incorporarem assuntos culturais e socioeconômicos. A abordagem sistêmica tem sido muito importante como instrumento teórico-metodológico para a inserção desta atividade, como, por exemplo, em Kolars & Nystuem (1975, 344 p.), Monteiro (1978, 43 p.; 2001, 127 p.), Oliver (1977, 315 p.), Penteado Orellana (1985, p. 125-148). Contudo, as dificuldades e ineficiências dos modelos ambientais em tratar dos fenômenos humanos são claras e declaradas (Smith, 1975, p. 502-504, p. 573; Clifford, 2008, p. 675-686).

Em estudos de geografia rural ou agrária, as conexões entre físico e humano ficam bem mais tênues, com os geógrafos humanos tendo que investigar e detalhar aspectos do ambiente biofísico, como, por exemplo, ao se analisar o comportamento do sistema agrícola da área. Em casos como este, os estudos envolvem aspectos do clima, da declividade do relevo, da porosidade, da densidade, da microbiologia do solo, além das misturas químicas e orgânicas de fertilizantes, bem como do jeito que as pessoas necessitam, entendem, vivem e utilizam as tecnologias de uso e aproveitamento do solo. Outras áreas de estudo da interface entre homem e ambiente que se observam na geografia são as advindas dos processos sociais associados às condições de riscos ambientais (*hazards*). Estas envolvem problemas relacionados aos planejamentos urbano e social, ao gerenciamento ambiental e de recursos, aos impactos humanos no ambiente e no retorno para si e às mudanças ecológicas no ambiente (por exemplo: desbarrancamento de encostas ocupadas, processos erosivos, desertificação, eutrofização etc.).

Os estudos na relação homem e ambiente são, muitas vezes, realizados sob o contexto da ecologia humana e agroecossistemas, que constituiu uma perspectiva explorada por muitos autores, após a revolução quantitativa e teórica. Ligado à perspectiva sistêmica, Haggett (1981) *apud* Douglas (1986, p. 459) caracterizou, sob o enfoque ecológico, a geografia em três partes: (1) a variação espacial dos fenômenos físicos e humanos da superfície da Terra, (2) a ênfase ecológica nas relações homem-meio e (3) a fusão entre as abordagens espaciais e ecológicas na análise espacial. Contudo, mesmo recorrendo às abordagens diversas, as tentativas dos geógrafos de mostrarem a relevância dos domínios físicos e as atividades humanas sob o mesmo enfoque analítico, ainda que no âmbito da ecologia humana, não tem demonstrado grande sucesso de aceitação, em vista da impaciência provocada pelo reducionismo característico, com severas críticas sobre a simplificação das complexidades humanas às leis da

casualidade física, principalmente depois da emergência das correntes radical e humanística (Goudie, 1986, p. 454; Douglas, 1986, p. 460).

O debate da integração entre o humano e o físico é também, muitas vezes, palco de confusões sobre o sentido que os autores dão à geografia nas discussões – se ela é “vernacular” ou “acadêmica” (Johnston, 1986a, p. 449). Em geral, os argumentos sobre a integração dos componentes geográficos humanos e físicos parecem empregar usualmente o sentido vernacular do termo, ou seja, a geografia como conhecimento de mundo humano e animal, e não como disciplina científica. Assim, um geógrafo físico integra a geografia humana no estudo dos processos da paisagem quando avalia o impacto da urbanização nos processos de escoamento e inundação (vernacular), embora não bem entendendo as causas e os processos de urbanização envolvidos (acadêmico). Da mesma forma, um geógrafo humano interessado nos estudos dos processos de distribuição da população (acadêmico) não estará muito interessado, embora não os negligencie, nos fatores e influências ambientais (vernacular). Nestes dois casos, se está referindo ao sentido vernacular da integração entre humano e físico. Por estes termos, o problema da integração humano-física desaparece, visto que nem os geógrafos humanos negam a necessidade e a importância da consideração do ambiente físico – é claro, somente se ele for relevante para o entendimento dos processos humanos –, nem, muito menos, os geógrafos físicos deixarão de aceitar as atividades humanas como as principais fontes de perturbações nos processos ambientais.

Essa fluidez, no âmbito vernacular, não se torna, entretanto, o argumento para a integração das duas atividades, em termos acadêmicos. Johnston (1986, p. 450; 1998) acreditava que as diferenças acadêmicas não eram passíveis de serem integradas, uma vez que possuíam diferentes epistemologias (analítica, hermenêutica, dialética etc.), de forma que se apresentavam como diferentes perspectivas e formas de se fazer ciência. Por comporem distintas visões de mundo, elas não poderiam ser simplesmente misturadas ou unidas, por constituírem diferentes perspectivas de inquérito (método), que concebiam de diferentes maneiras a realidade e o ato de conhecê-la. Assim, por exemplo, enquanto na ciência analítica tradicional o sujeito é externo ao objeto, privilegiando suas determinações e regularidades a partir de leis e regras gerais, na dialética, o sujeito se transforma e se torna objeto e vice-versa. Neste caso, a constituição da realidade e da busca pelas verdades se dá por um processo que envolve um confronto, por contradição, entre a tese e a antítese, que resulta numa síntese fruto da razão e mais próxima do real “verdadeiro”. Na hermenêutica-fenomenológica, por sua vez, a descrição parte do sujeito, mas o objeto (ou a realidade)

não é externo a ele, mas somente construído em sua relação. O conhecimento e a ideia da verdade estão vinculados à compreensão da significação estabelecida “entre” as estruturas do sujeito e do objeto. O conhecimento objetivo advém da interpretação do sujeito auto-objetivado (redução fenomenológica), que se reconhece como parte integrante da constituição da realidade estudada.

Dessa forma, mesmo que pertencentes a um mesmo movimento desde a Antiguidade, estas epistemologias foram sendo refletidas, principalmente depois do Iluminismo, como rebentos epistemológicos detentores de princípios ou paradigmas distintos dos do conhecimento analítico-mecanicista tradicional. Com isso, não apresentam similares “visões de mundo”, mas preceitos e significados próprios para o ato de conhecer, que, por sua vez, se revertem nos diferentes procedimentos e parâmetros adotados no inquérito. Não podem, assim, ser simplesmente conectadas de forma displicente, sem qualquer esclarecimento de seus princípios fundamentais, que, talvez, não possam mesmo ser fundidos. Contudo, positivamente, podemos também ver tais epistemologias como diferentes alternativas para um conhecimento rigoroso sobre o real, úteis para o tratamento das multifaces dos fenômenos reais do mundo, expressando, portanto, muito mais a riqueza do que a limitação do conhecimento humano. Assim, desde autores como Dilthey, o viés analítico poderia ser considerado o mais apropriado para o tratamento das dinâmicas causais do objeto, e os vieses interpretativos, no período atual, vistos mais pelos rebentos da dialética e da hermenêutica, seriam mais apropriados para os assuntos que envolvem o mundo pré-interpretativo, como os significados e as criações humanas. Esta parece ser uma das considerações que podem ser tiradas das críticas e reclamações advindas em oposição à extrema simplificação e redução da perspectiva analítica.

Johnston (1983, p. 127) concordou com a ideia de que existe grande mérito na simbiose entre humano e físico, no sentido vernacular do termo. Contudo, em relação ao sentido acadêmico, por possuírem diferentes perspectivas epistemológicas e visões de mundo, ele não acreditava que tal tipo de integração (ou simbiose) fosse possível, pelo menos não de uma forma tão evidente (Johnston, 1986, p. 450). Neste sentido, muitos autores argumentaram que as conexões desmedidas entre geografia humana e física poderiam acabar enfraquecendo a primeira pela sua maior necessidade de vínculos com as outras epistemologias e ciências sociais (economia, sociologia, política etc.). Contudo, acreditamos também que não se pode restringir a importância da união e integração dos conhecimentos somente em relação às vantagens das temáticas ou subdisciplinas, em esquecimento e redução às características essenciais do campo geográfico como um todo. Por isso, defende-se aqui a necessidade de diálogo entre as di-

versas formas de se conhecer a realidade, embora ainda haja todo um caminho de esclarecimentos e ajustes a se percorrer – problema do qual não se deve esquivar por sua dificuldade, mas se enfrentar devido à sua grande pertinência.

Não se trata aqui de ignorar as vantagens e os aspectos positivos da divisão temática entre uma geografia física, inserida nas ciências da terra, e uma geografia humana, nas ciências sociais, principalmente com respeito ao aprofundamento dos componentes da disciplina, aspecto notado por Goudie (1986, p. 456). Mas, sim, de perceber que, mesmo que a hegemonia da especialização, nos séculos XIX e XX, tenha dado significativos resultados, agora, no século XXI, muitos dos problemas urgentes e desafios traçados na geografia, na ciência e no mundo exigem uma atitude mais dialógica dos conhecimentos, com algumas das principais questões apresentando-se diretamente conectadas à relação homem-natureza (o crescimento global da população, o consumo, a degradação dos recursos, as mudanças climáticas globais), e suas inerentes conexões ligadas às questões ideológicas, culturais, sociais, econômicas, habitacionais etc.

Estas questões exigem, como nos lembrou Douglas (1986, p. 459), mais do que nunca, o poder de síntese da geografia e o diálogo entre os conhecimentos direcionados a esta síntese. Dessa forma, concebendo a geografia acadêmica como uma criação humana de inquérito da natureza, suas diversas abordagens e interpretações revelam que cada uma detém temas e métodos com coerência interna própria, e cada uma delas pode oferecer diferentes visões de um mesmo problema, ou oferecer entendimentos que possam se somar a outros, de forma a oferecer uma visão mais ampla e menos unilateral dos fenômenos geográficos. Contudo, a realização de tal diálogo para uma síntese mais plural – que seja feita não somente em equipes, mas também em nível individual (pesquisadores) – requer esclarecimentos em nível epistemológico para a sua realização, assim como a especialização os requereu. As influências e decorrências desta problemática parecem ultrapassar as questões teóricas, pois, como alertou Graham (1986, p. 466), a seguridade acadêmica departamental e as diversas sociedades geográficas disciplinares e subdisciplinares podem muito bem perder sua unidade, caso os conflitos ideológicos e epistemológicos internos não forem reconhecidos e resolvidos.

Assim, mesmo com a geografia apresentando uma histórica e contemporânea unidade vernacular e acadêmica, as fragmentações e os reducionismos excessivos podem criar problemas para os desenvolvimentos intelectuais, a continuidade e a vitalidade da disciplina, e, conseqüentemente, a sua capacidade de resolver os atuais problemas. De acordo com Taylor (1986, p. 448), o

interesse atual pela questão da unidade da geografia vem em resposta à conjuntura de dois processos: o primeiro, uma falha interna de coerência reducionista advinda do século XIX, e o segundo, a urgência de uma necessidade externa para a solidariedade entre os profissionais dos diversos campos, pela interdisciplinaridade, para os problemas atuais da sociedade. Por isso, mesmo que as especializações sejam consideradas como inevitáveis e inerentes ao método científico moderno – e, com isso, revelando o progresso da disciplina como campo científico –, elas têm que ser consideradas como “meios” de investigação, e não como “fins” em si mesmas.

Assim, se a primeira metade do século XX necessitou de considerações para a defesa da geografia na demarcação científica, depois da revolução teórica da década de 1950 e das rupturas epistemológicas de 1960-70, o movimento foi de adesão às diversas epistemologias. Com isso, os geógrafos acabaram se esquivando e minimizando as discussões sobre a unidade e a integração da disciplina, em favor da consolidação das novas perspectivas epistemológicas que se apresentavam (estruturalista, sistêmica, fenomenológica, marxista etc.). Com a retomada dos debates, nas últimas décadas, houve um maior reconhecimento das contradições internas que fragmentam a disciplina, com os autores associando suas discussões à necessidade e às potencialidades das comunicações intradisciplinares frente às limitações enfrentadas pelas subdisciplinas para a resolução dos problemas reais. Esta situação exige, em perspectiva, um maior esforço dos geógrafos na busca de embasamentos para a fundamentação das comunicações entre as perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para remediar a problemática da incomunicabilidade entre as formas de conhecimento (epistemologias, teorias, abordagens, modelos, técnicas) aplicadas na geografia, é necessário explorar os motivos e a natureza de tal situação. Talvez somente desta forma, os diálogos e as novas proposições decorrentes possam despontar de maneira mais segura e frutífera. Neste sentido, a partir de uma leitura internalista do campo, reconheceram-se alguns aspectos do estado de unidade e de fragmentação da disciplina. Pode-se observar que a geografia se apresentou, desde os séculos XVIII e XIX, unida por um veio comum (de caráter inicialmente biológico e, depois, formal) de organização intelectual e institucional, por meio das universidades e sociedades geográficas. Para buscar a “síntese geográfica”, se apegou às diversas teorias que buscavam abarcar este

múltiplo, e que caracterizou a diversidade de apreensão do seu objeto ao longo da história. Mas, de forma a manter implicitamente sua unidade essencial, pode-se dizer que esta diversidade girou em torno de algumas tradições que ainda mantiveram coesa suas proposições.

Por outro lado, a geografia também se apresentou como fragmentada pela especialização do conhecimento, visto tanto de forma positiva, quanto negativa. Seguindo a referência primordial do dualismo da modernidade, apesar de ainda muito recorrente, a divisão geografia humana e geografia física não serve para caracterizar o estado de fragmentação da disciplina, considerada, no máximo, como uma divisão temática, o que já foi firmado desde Hartshorne, em 1959. A divisão dual que se estabeleceu parece ser mais bem expressa em termos de incomunicabilidades entre entorno “fenomenológico do objeto”, com a materialidade da realidade (incluindo as obras humanas), e “entorno comportamental do sujeito”, cujas “existência” e “culturalidade” exigem procedimentos mais interpretativos – com ambos tendo grande dificuldade de incluir um ao outro nas pesquisas. A fragmentação interna pode ser vista de quatro principais formas: diferenciação substantiva, diferenciação na racionalidade, diferenciação nas comunidades e diferenciação epistemológica. Neste último caso, apoiada sobre balizas duais, reexpressa-se, atualmente, a persistente dicotomia da modernidade, agora em termos de espaço e lugar: o primeiro, nos estudos normotéticos mais ligados à analítica e lógico-formais, e o segundo, nos estudos idiográficos mais interpretativos e mais ligados às correntes crítico-dialética e fenomenológica-hermenêutica.

No contexto de discussões que tanto realçam a necessidade da síntese e comunicações quanto a da proficuidade do aprofundamento da especialização, a dificuldade que se coloca em perspectiva e desafio é a de tanto continuar aprofundando os conhecimentos quanto, e principalmente, o de colocar para dialogar as diversas formas de conhecimento refletidas e praticadas. Assim, pode-se dizer que, mesmo não negando a especialização, a consciência atual traz justamente o sentimento de limitação enfrentado por cada uma dessas formas de conhecimento na apreensão das multifaces e dimensões da manifestação total dos fenômenos estudados, e que parece colocar a construção da disciplina, para o século XXI, balizada em diálogos internos e externos a fim de que haja novas e outras proposições para além das unilateralidades e dualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AN, L.; LINDERMAN, M.; QI, J.; SHORTRIDGE, A.; LIU, J. “Exploring Complexity in a Human–Environment System: An Agent-Based Spatial Model for Multidisciplinary and Multiscale Integration.” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 95 (1), pp. 54-79, 2005.
- BAILEY, C.; WHITE, C.; PAIN, R. “Evaluating qualitative research: dealing with the tension between ‘science’ and ‘creativity’”. In: *Area*, 31.2, p. 169-183, 1999.
- BAKER, V. R.; TWIDALE, C. R. “The reenchantment of geomorphology.” In: *Geomorphology*, Vol. 4, p. 73-100, 1991.
- BAUER, B. O. “On methodology in geographical physical: Current status, implications, and future prospects.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 89, n. 4, p. 677-679, 1999.
- BIRD, J. *The changing worlds of geography. A critical guide to concepts and methods*. Oxford: Clarendon Press, 299 p., 1989.
- BRACKEN, L. J.; OUGHTON, E. A. “‘What do you mean?’ The importance of language in developing interdisciplinary research.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Special, 31, p. 371-382, 2006.
- BUTTIMER, A. *Geography and the human spirit*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- CHRISTOFOLETTI, A. “As perspectivas dos estudos geográficos.” p. 11-36. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) *Perspectivas da geografia*. DIFEL-Difusão Editorial S.A., 318 p., 1982.
- CLIFFORD, N. J. “Models in geography revisited.” In: *Geoforum*, 39, pp. 675-686, 2008.
- DEMERITT, D.; DYER, S. “Dialogue, metaphors of dialogue and understanding of geography.” In: *Area*, 34.3, p. 229-241, 2002.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. USA: Sage publications, 643 p., 1994.
- DOUGLAS, I. “The unity of geography is obvious.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. 11: p. 459-463, 1986.
- GANDY, M. “Above the treetops: nature, history and the limits to philosophical naturalism.” In: *Geoforum*, 2007, doi:10.1016/j.geoforum.2006.08.009

GATRELL, A. "Commentary on 'Specialization in the structure and organization of geography'". In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 538-539, 1988.

GOBER, P. "Presidential Address: In Search of Synthesis." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 90, n. 1, p. 1-11, 2000.

GOODCHILD, M. F.; JANELLE, D. G. "Specialization in the structure and organization of geography." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 1, p. 1-28, 1988.

_____. "Questions Regarding 'Specialization in the structure and organization of geography': A reply." In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 547-549, 1988b.

GOUDIE, A. S. "The integration of human and physical geography." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11: p. 454-458, 1986.

GRAHAM, E. "The unity of Geography: A comment." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11: p. 464-467, 1986.

HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K. "Conversations across the divide" (Editorial). In: *Geoforum* 39, pp. 549-551, 2008.

HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. "Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation." In: *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 203 p., 1979.

HOLT-JENSEN, A. *Geography, its history and concepts*. London: Harper & Row, Publishers, 171 p., 1981.

JOHNSTON, R. J. *Geography and Geographers*. Anglo-american Human Geography since 1945. London: Edward Arnold, 232 p., 1979.

_____. "Resource analysis, resource management and the integration of physical and human geography." In: *Progress Physical Geography*. Vol. 7, p. 127-146, 1983.

_____. "Four Fixations and the Quest for Unity in Geography." In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol 11, n. 4, p. 449-453, 1986a.

_____. *Philosophy and human geography: an introduction to contemporary approaches*. USA: Edward Arnold, 178 p., 1986b.

_____. “Fragmentation around a defended core: Territoriality of Geography.” In: *The Geographical Journal*. Vol. 164, n. 2, p. 139-147, Jul. 1998.

KIRK, W. “Problemas de la geografía.” In: RANDLE, P. H. *Teoría de la Geografía* (primeira e segunda partes). Buenos Aires: GAEA, Sociedad Argentina de Estudios Geográficos. Série especial, n° 3, 330 p., 1976; n. 4, 403 p., 1977.

KOLARS, J. F.; NYSTUEM, J. D. *Physical geography: environment and man*. New York: McGrall-Hill, 344 p., 1975.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 257 p., 1978.

KWAN, M. “Beyond Difference: From Canonical Geography to Hybrids Geographies.” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 94 (4), pp. 756-763, 2004.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Ed. Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 343 p., 1979.

LANE, S. N. “Constructive comments on D. Massey ‘Space-time’, ‘science’ and the relationship between physical geography and human geography.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*, New Series, 26, p. 243-256, 2001.

LAU, L.; PASQUINI, M. “‘Jack of all trades’? The negotiation of interdisciplinarity within geography.” In: *Geoforum*, 39, p. 552-560, 2008.

MAGILLIAN, F. J. “Perspectives from a physical geographer.” p. 437-438. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. “Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation.” In: *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

MARCUS, M. G. “New twists on the horns of an old dilemma.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 78, n. 3, p. 540-542, 1988.

MASSEY, D. “Space-time, “science” and the relationship between physical geography and human geography.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*, New Series, 24, p. 261-276, 1999.

_____. “Talking of space-time.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, 26, p. 257-261, 2001.

MAYR, E. *Isto é biologia: a ciência do mundo vivo*. São Paulo: Companhia das Letras, 428 p., 2008.

MCKENDRICK, J. H. "Multi-method research: An introduction to its application in population geography." In: *Professional Geographer*, Vol. 51, n. 1, p. 40-50, 1999.

MONTEIRO, C. A. F. "Derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas. Perspectivas urbanas e agrárias ao problema da elaboração de modelos de avaliação." In: *Anais do Simpósio sobre a Comunidade Vegetal como Unidade Biológica, Turística e Econômica*. ACIESP, 15. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 43 p., 1978.

_____. *Geossistema: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 127 p., 2001.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 263 p., 2000.

MORRILL, R. "The nature, unity and value of geography." In: *Professional Geographer*, Vol. 35, n. 1, p. 1-9, 1983.

NORTON, W. "'After-the-fact causality': a different direction for cultural geography." In: *Area*, 35.4, p. 418-446, 2003.

OLIVER, J. E. *Perspective on applied physical geography*. North Scituate, Mass: Duxbury Press, 315 p., 1977.

ORESKES, N.; SHRADER-FRECHETTE, K.; BELITZ, K. "Verification, Validation and Confirmation of Numerical Models in the Earth Sciences." In: *Science*, New Series, Vol. 163, n. 5147, pp. 641-646, Feb. 4, 1994.

PATTISON, W. D. "As quatro tradições da geografia." In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro: 7 (13): p. 101-110, 1977.

PENTEADO ORELLANA, M. "Metodologia integrada no estudo do meio ambiente." In: *Geografia*, Rio Claro: 10(20), p. 125-148, 1985.

POWELL, R. C. "'The Sirens' voices? Field practices and dialogue in geography." In: *Area*, 34.3, p. 261-272, 2002.

RAPER, J.; LIVINGSTONE, D. "Let's get real: spatio-temporal identity and geographic entities." In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 26, n. 2, p. 237-242, 2001.

REICHARDT, C. S.; RALLIS, S. F. *The qualitative-quantitative debate: New perspectives*. San Francisco: Jossey-bass Publishers, n. 61, 98 p., 1994.

RHOADS, B. “Beyond pragmatism: the value of philosophical discourse for physical geography.” In: *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 89, p. 760-771, 1999.

_____. “Whither Physical Geography?” In: *Annals of the Association of American Geographers*, 94 (4), pp. 748-755, 2004.

RHOADS, B.; THORN, C. E. “Contemporary philosophical perspectives on physical geography with emphasis on geomorphology.” In: *Geographical Review*, vol. 84, n. 1, p. 90-101, Jan. 1994.

RICHARDS, K. “Some ethical ground for an integrated geography.” p. 436-437. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. *Observation. Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

SANTOS, M. “A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar.” In: *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. V. 1, n. 1, Trad 1, 14 p., ago 2006.

SMITH, E. A.; LEAKE, C. D.; NILSSON, T. H.; GYR, J. W.; BARASCH, STENT, G. S. “Limits to Understanding?” In: *Science*, New Series, Vol. 189, n. 4020, pp. 502-504, 573, Aug.15, 1975.

SPÓSITO, E. S. *Geografia e filosofia*. São Paulo: Editora Unesp, 218 p., 2004.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. “Ground theory methodology: an overview.” p. 273-285. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. USA: Sage Publications, 643 p., 1994.

SUERTEGARAY, D. M. A. “Um antigo debate (a divisão e unidade da geografia) ainda atual?” In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 85, pp. 26-38, dez. 2006.

TAYLOR, P. J. “Locating the question of unity.” In: *Transactions of the Institute British Geographers*. New Series, Vol. n. 4, 11, p. 443-448, 1986.

TATHAM, G. “Geography in the nineteenth century.” p. 29-69. In: TAYLOR, G. *Geography in the Twenty Century. A study of growth, fields, techniques, aims and trends*. New York: Philosophical Library. London: Methuen, 674 p., 1960.

THRIST, N. "The place of complexity." In: *Theory Culture & Society*, v. 16(3), p. 31-69, 1999.

_____. "The future of geography." In: *Geoforum*, 33, pp. 291-298, 2002.

THRIFT, N. "Double geography." p. 438-440. In: HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K.; MAGILLIGAN, F. J.; THRIFT, N.; BENDER, B. Thinking across the divide: perspectives on the conversations between physical and human geography. Observation. *Area*, 36.4, p. 435-442, 2004.

UNWIN, T. *The place of Geography*. New York: Longman Scientific & Technical, 269 p., 1992.

WAINWRIGHT, J. "Can modelling enable us to understand the rôle of humans in landscape evolution?" In: *Geoforum*, 39, pp. 659-674, 2008.